

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ REGIONAL DE SAÚDE DO CARIRI REALIZADA EM 06.07.2026

DATA: 06 DE JULHO DE 2026;

LOCAL: SALA VIRTUAL – APLICATIVO MICROSOFT TEAMS;

PAUTA PRINCIPAL:

- **APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DOS MEMBROS**

PAUTA SECUNDÁRIA:

- **REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DO DIÁLOGO INSTITUCIONAL**
- **ACOMPANHAMENTO DOS FLUXOS ADMINISTRATIVOS DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, TRATAMENTOS E PROCEDIMENTOS**

Iniciados os trabalhos, O Dr. Luzinaldo Alves Alexandre da Silva, Coordenador do Comitê Regional de Saúde do Cariri, iniciou a reunião agradecendo a presença dos participantes e destacando que aquela representava o início dos trabalhos do Comitê. Apresentou-se como Juiz Titular da Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira e informou ter sido designado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para coordenar as atividades do colegiado. Em seguida, ressaltou que o principal objetivo do Comitê é promover o diálogo regionalizado sobre as questões de saúde, em ambiente extraprocessual, buscando a construção conjunta de soluções para os desafios da assistência à saúde na Região do Cariri e contribuindo para a redução da judicialização. Por fim, facultou a palavra aos participantes para breve apresentação institucional e destacou a importância da definição das diretrizes e da dinâmica de funcionamento do Comitê para os trabalhos futuros.

Ato contínuo, foi concedida a palavra ao Dr. George Freitas Gregório da Silva, Defensor Público do Estado do Ceará, que cumprimentou os presentes e informou que a atuação da Defensoria Pública concentra-se nas demandas de saúde pública. Destacou os esforços do órgão para adequação às recentes decisões dos tribunais superiores e ressaltou a parceria com instituição de ensino superior para elaboração de notas técnicas destinadas a subsidiar a análise e o ajuizamento das demandas de saúde. Informou que a atuação do núcleo abrange, principalmente, os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, em razão do elevado volume de demandas da região. Ao final, colocou-se à disposição para colaborar com as atividades do Comitê Regional de Saúde do Cariri, contribuindo com informações e propostas voltadas ao aprimoramento da assistência à saúde e ao fortalecimento do diálogo institucional entre os órgãos participantes. Encerrando sua manifestação, agradeceu a oportunidade e reiterou seu compromisso com os objetivos do Comitê.

Foi concedida a palavra ao Dr. Shalon Tavares, representante da Unimed Cariri, que durante sua manifestação, destacou o compromisso do Sistema Unimed com a observância da legislação vigente e dos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis à saúde suplementar. Ressaltou a importância da atuação dos médicos auditores na avaliação dos procedimentos e da busca por alternativas terapêuticas adequadas, visando garantir a continuidade do tratamento dos pacientes. Também enfatizou a relevância do NATJUS como instrumento de apoio técnico ao Poder Judiciário, especialmente por meio da elaboração de notas técnicas capazes de subsidiar a tomada de decisões judiciais com base em evidências científicas e critérios técnicos. Observou que essa atuação contribui para a qualificação das decisões e para a redução da judicialização desnecessária de demandas em saúde. Ao final, colocou-se à disposição para colaborar com as atividades do Comitê Regional de Saúde do Cariri, manifestando interesse em contribuir para o fortalecimento do diálogo institucional e para o aprimoramento das políticas e ações voltadas à saúde na região, devolvendo a palavra à coordenação dos trabalhos.

A seguir, o Dr. Fabrício de Lima Borges, Juiz Federal e Vice-Coordenador do Comitê Regional de Saúde do Cariri, informou que a vara sob sua titularidade possui competência para processar e julgar demandas de saúde, especialmente ações individuais e coletivas relacionadas ao fornecimento de medicamentos de alto custo e tratamentos oncológicos. Destacou que atua na região desde 2017 e esclareceu que o perfil predominante da judicialização da saúde no âmbito da Justiça Federal envolve demandas dirigidas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos entes públicos. Registrou, ainda, que as questões relacionadas à saúde suplementar são mais recorrentes na Justiça Estadual. Ao final, colocou-se à disposição para colaborar com os trabalhos do Comitê Regional de Saúde do Cariri, contribuindo com a experiência da Justiça Federal na análise das demandas de saúde da região.

A Promotora de Justiça Dra. Alessandra Magda Ribeiro Monteiro manifestou satisfação com a instalação do Comitê Regional de Saúde do Cariri e apresentou sua atuação na área da saúde pública, destacando a experiência na fiscalização de políticas públicas de saúde, tanto na esfera extrajudicial quanto judicial. Informou que acompanha a prestação dos serviços de saúde por meio de inspeções, apuração de denúncias e monitoramento dos equipamentos públicos de saúde. Ressaltou que, embora as demandas individuais sejam frequentemente encaminhadas à Defensoria Pública, estas muitas vezes revelam problemas de interesse coletivo, justificando a atuação do Ministério Público. Destacou, ainda, a preocupação com a regulação e a transparência na gestão dos leitos custeados pelo SUS em hospitais privados e filantrópicos, apontando tratar-se de desafio recorrente na região e em outras localidades do Estado. Por fim, chamou atenção para o crescimento dos centros e comunidades terapêuticas, especialmente quanto à necessidade de fiscalização das condições de funcionamento dessas instituições e da regularidade das internações realizadas. Defendeu o fortalecimento do debate sobre o tema no âmbito do Comitê, colocando-se

à

disposição para contribuir com os trabalhos e com a construção de soluções voltadas ao aprimoramento da assistência à saúde na região.

O Dr. Luzinaldo Alves Alexandre da Silva, Juiz Coordenador do Comitê Regional de Saúde do Cariri, ressaltou que o Comitê constitui relevante espaço institucional de diálogo e articulação entre os diversos atores envolvidos na temática da saúde, possibilitando a discussão de questões relacionadas à saúde pública, à saúde suplementar e a outros temas de interesse regional. Destacou a importância de estabelecer prioridades para orientar a atuação do colegiado, sem prejuízo da análise das demais demandas apresentadas. Enfatizou, ainda, que o Comitê proporciona um ambiente de cooperação interinstitucional, favorecendo a construção de soluções consensuais voltadas ao aprimoramento da assistência à saúde e à promoção do interesse público. Por fim, registrou como iniciativa relevante a parceria desenvolvida pela Defensoria Pública com instituição de ensino superior para elaboração de notas técnicas de apoio à análise das demandas de saúde, ressaltando o potencial da medida para qualificar o tratamento das questões submetidas ao sistema de justiça.

O Defensor Público George Freitas Gregório da Silva informou que o Núcleo de Defesa da Saúde do Cariri (NUDES), criado em 2025, celebrou termo de cooperação com a Universidade Paraíso (UNIFAP), visando à elaboração de pareceres técnicos para subsidiar a análise das demandas de saúde antes do ajuizamento das ações. Destacou que a iniciativa, de caráter pioneiro no Estado, tem contribuído para qualificar a atuação do Núcleo e fortalecer a fundamentação técnica das demandas, especialmente nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

O Dr. Fabrício de Lima Borges registrou a relevância da parceria firmada entre a Defensoria Pública do Estado e a Universidade Paraíso (UNIFAP), destacando a qualidade técnica dos pareceres elaborados para subsidiar as demandas de saúde. Informou, ainda, sobre a recente instalação da Defensoria Pública da União (DPU) em Juazeiro do Norte e sugeriu a participação da instituição nas atividades do Comitê, bem como a possibilidade de extensão da referida parceria à DPU, com vistas ao fortalecimento da análise técnica das demandas e à prevenção da judicialização. Por fim, colocou-se à disposição para intermediar o contato com os representantes da Defensoria Pública da União.

O Dr. Luzinaldo Alves Alexandre da Silva ressaltou que os pareceres técnicos elaborados no âmbito da parceria apresentada pela Defensoria Pública constituem importante subsídio à análise das demandas de saúde, especialmente na apreciação de pedidos urgentes, sem prejuízo da posterior manifestação do NATJUS ou de outros órgãos técnicos competentes. Na sequência, acolheu a sugestão apresentada pelo Dr. Fabrício de Lima Borges quanto à inclusão da Defensoria Pública da União (DPU) entre os participantes do Comitê Regional de Saúde do Cariri, reconhecendo a relevância institucional da entidade para as discussões e atividades do colegiado.

havendo objeções dos presentes, ficou deliberado o encaminhamento de convite à DPU para participação nos trabalhos do Comitê.

O Secretário Executivo do Comitê Regional de Saúde do Cariri, Manuel Yury Trindade, sugeriu a realização de reunião com os Secretários Municipais de Saúde da região do Cariri, especialmente dos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, com o objetivo de conhecer a realidade local, identificar as principais demandas enfrentadas pela gestão pública e discutir os fluxos administrativos relacionados às solicitações de serviços e tratamentos de saúde. Ressaltou a importância de avaliar os procedimentos adotados para emissão de respostas administrativas aos usuários, buscando maior celeridade e eficiência na análise dos pedidos, de modo a contribuir para a resolução de demandas antes da judicialização. Por fim, sugeriu que o encontro pudesse ser realizado em formato virtual, mediante convocação prévia dos gestores municipais.

O Dr. Luzinaldo Alves Alexandre da Silva destacou que a ausência de resposta formal aos pedidos administrativos constitui um dos principais fatores de judicialização das demandas de saúde. Ressaltou a importância da emissão de negativas fundamentadas, a fim de possibilitar melhor compreensão dos motivos do indeferimento e subsidiar a análise das demandas. Acrescentou que o tema deverá ser objeto de acompanhamento pelo Comitê, especialmente em relação ao fornecimento de medicamentos e insumos de saúde.

O Dr. Shalon Tavares, representante da Unimed Cariri, destacou a importância da observância dos prazos regulatórios para análise das solicitações de procedimentos e tratamentos em saúde suplementar, ressaltando a necessidade de emissão de respostas formais aos beneficiários. Defendeu a adoção de medidas que conciliem a adequada instrução dos pedidos, a segurança jurídica e a garantia de acesso dos usuários aos serviços de saúde, evitando judicializações prematuras e situações de desassistência.

O Dr. Luzinaldo Alves Alexandre da Silva acolheu a sugestão apresentada pelo Secretário Executivo, propondo a realização de reunião com os Secretários Municipais de Saúde da região, bem como com representantes das operadoras de saúde suplementar, a fim de conhecer os fluxos administrativos adotados, especialmente no que se refere à emissão de respostas e negativas administrativas. Destacou que a iniciativa poderá contribuir para a identificação de dificuldades operacionais e para o aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção da judicialização das demandas de saúde.

Deliberações do Comitê:

1. Ficou acordado que a próxima reunião do Comitê será dia 03 de agosto de 2026;

Realização de reunião com Secretários Municipais de Saúde;

3. Enviar ofício convidando à DPU para integrar e participar das atividades do Comitê Regional de Saúde do Cariri.

Nada mais havendo a tratar, o Dr. Luzinaldo Alves Alexandre da Silva, Coordenador do referido Comitê, agradeceu a presença e a participação de todos, e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Manuel Yury Trindade, Secretário-Executivo do Comitê, lavrei a presente ata.

Fortaleza/CE, 06 de julho de 2026.

Luzinaldo Alves Alexandre da Silva, Juiz de Direito, Coordenador do Comitê Regional – TJCE;

Fabício de Lima Borges, Juiz Federal – JFCE, Vice- Coordenador do Comitê Regional

Alessandra Magda Ribeiro Monteiro, Promotora de Justiça (MPCE, Titular)

George Freitas Gregório da Silva, Defensor Público Estadual (DPE, Titular);

Shalon Michaeli Ângelo Tavares, Representante da Operadora de Planos de Saúde (Unimed Cariri);

Raísa Rariane Pereira Lima, Auxiliar Administrativo da JFCE para o Natjus e Comitê Estadual

Manuel Yury Trindade, Secretário-Executivo do Comitê e Coordenador Operacional do NAT-JUS/CE.